DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE PROMISSÃO

Conforme Lei Municipal nº 3.495, de 16 de junho de 2015

www.promissao.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/promissao

Sexta-feira, 29 de agosto de 2025 **Ano X | Edição nº 1827** **Página 1 de 49**

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Licitações e Contratos 2
Outros atos 2
Outros Atos 5

Serviço Autônomo de Água e Esgoto 49
Licitações e Contratos 49
Homologação / Adjudicação 49

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Promissão, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Promissão poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.promissao.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/promissao
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Promissão
CNPJ 44.558.856/0001-52
Avenida Pedro de Toledo, 386
Telefone: (14) 3543-9000
Site: www.promissao.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/promissao

Câmara Municipal de Promissão
CNPJ 49.859.952/0001-54
Rua Prefeito Dante Rocchi, 1
Telefone: (14) 3541-0668
Site: www.camarapromissao.sp.gov.br

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Promissão
CNPJ 44.558.849/0001-50
Rua Josefina Vasconcelos de Freitas, 61
Telefone: 0800 7719577
Site: www.saaepromissao.com.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Promissão garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.promissao.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/promissao

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO
Concorrência Eletrônica nº 004/2025

A empresa **GABRIEL FELIX SILVA CONSTRUÇÃO – EPP**, inscrita no CNPJ sob nº 50.414.238/0001-31, representada por seu proprietário **Eng. Civil Gabriel Félix Silva**, CPF nº 343.243.338-74, CREA/SP 507.100.901-2, por seu representante legal, vem, respeitosamente, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao recurso interposto pela empresa **Kadora Prestadora de Serviços EIRELI**, expondo e requerendo o que segue:

1. Da planilha orçamentária

Em relação ao apontamento de suposto equívoco nos itens da planilha orçamentária, entende esta empresa que não houve qualquer prejuízo ao certame, visto que as quantidades e dimensões efetivamente necessárias constam no projeto executivo, prevalecendo como referência para a execução da obra. Eventuais divergências podem ser sanadas no curso da execução contratual, por meio de supressões ou adequações, conforme a própria legislação prevê. Assim, não há fundamento para a anulação da licitação.

2. Do item 10.2 do Edital

No que se refere à alegada ausência de prova de inscrição no cadastro municipal, esclarece-se que foi devidamente apresentada a **Certidão Negativa de Débitos Municipais**, documento oficial que comprova não apenas a regularidade fiscal, mas também a inscrição da empresa junto ao município, constando expressamente o número da inscrição municipal, em plena conformidade com as exigências editalícias.



MUNICÍPIO DE PROMISSÃO
MUNICÍPIO DE PROMISSÃO
Av. Pedro de Toledo, 422 - CENTRO - PROMISSÃO
CNPJ: 44.558.856/0001-52

CERTIDÃO NEGATIVA DE
DÉBITOS

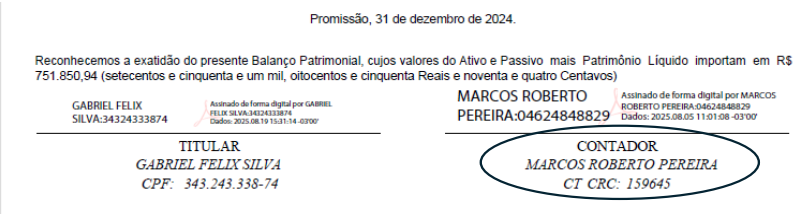
Código: 00008966 | Data Abertura: 24/05/2023 | Situação: 01 - Ativo
Razão Social: GABRIEL FELIX SILVA CONSTRUCAO | CPF/CNPJ: 50.414.238/0001-31
Nome Fantasia: FELIX G S CONTRUÇÃO | Inscrição Municipal: 00008966
Logradouro: RUA GENARO SAMMARCO | Número: 857 | Complemento: Q.ANT 23 L.ANT
Bairro: CENTRO | Cep: 16370029
Cidade: PROMISSÃO | UF: SP
Atividade
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICIOS COMERCIAIS RESIDENCIAIS E INDUSTRIAS NOS TERMOS DO ART 966 CAPUT E PARAGRAFO UNICO E ART 982 DO CODIGO CIVIL

Imagem 01 – Certidão Negativa de Débitos Municipal, constando a Inscrição municipal.

(14) 99194-5409
eng.gabrielfelix@gmail.com
Rua: Genaro Sammarco, 857, Centro - Promissão/SP

3. Do item 11.6 do Edital

Quanto aos índices econômico-financeiros, estes foram apresentados no **Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis da empresa**, documentos assinados por contador habilitado, com registro no CRC, atendendo plenamente ao edital. Ressalte-se que a exigência de nova declaração com as mesmas informações geraria apenas redundância documental, sem trazer qualquer ganho à análise da habilitação.


Promissão, 31 de dezembro de 2024.

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R$ 751.850,94 (setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e cinquenta Reais e noventa e quatro Centavos)

GABRIEL FELIX SILVA:34324333874 — Assinado de forma digital por GABRIEL FELIX SILVA:34324333874 Dados: 2025.08.19 15:31:14 -03'00'

TITULAR
GABRIEL FELIX SILVA
CPF: 343.243.338-74

MARCOS ROBERTO PEREIRA:04624848829 — Assinado de forma digital por MARCOS ROBERTO PEREIRA:04624848829 Dados: 2025.08.05 11:01:08 -03'00'

CONTADOR
MARCOS ROBERTO PEREIRA
CT CRC: 159645

Imagem 02 – Assinatura do Proprietário da empresa e o Contador Habilitado pelos índices econômicos.

4. Do item 12.2 do Edital

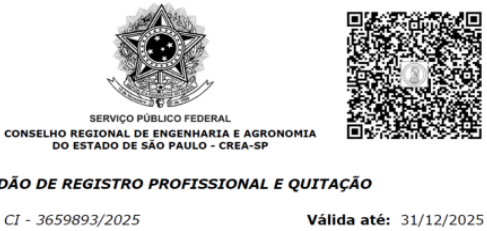
No que diz respeito à alegada ausência de Certidão de Registro de Responsabilidade Técnica, cumpre esclarecer que foram anexados corretamente os documentos exigidos, tanto referentes ao profissional responsável técnico (Anexo 8) quanto da própria empresa (Anexo 9), conforme consta na pasta apresentada.


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Número da Certidão: *CI - 3686061/2025* **Válida até:** 31/08/2025

Imagem 03 – Certidão de Registro de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA/SP


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

CERTIDÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL E QUITAÇÃO

Número da Certidão: *CI - 3659893/2025* **Válida até:** 31/12/2025

Imagem 04 – Certidão de Registro do Profissional emitida pelo CREA/SP

5. Do atendimento integral ao edital

Dessa forma, resta demonstrado que a empresa **GABRIEL FELIX SILVA CONSTRUÇÃO – EPP** atendeu integralmente às exigências editalícias, não havendo qualquer fundamento para a alegação de inabilitação.

6. Do pedido

Diante do exposto, requer-se o **não provimento do recurso interposto pela empresa Kadora Prestadora de Serviços EIRELI**, com a consequente **manutenção da habilitação da empresa GABRIEL FELIX SILVA CONSTRUÇÃO – EPP**, por estar plenamente regular e em conformidade com o edital.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Promissão/SP, 28 de Agosto de 2025.

GABRIEL FELIX SILVA:34324333874
Assinado de forma digital por GABRIEL FELIX SILVA:34324333874
Dados: 2025.08.28 16:02:07 -03'00'

Eng. Civil Gabriel Félix Silva
CNPJ: 50.414.238/0001-31
CPF: 343.243.338-74 – CREA/SP 507.100.901-2

(14) 99194-5409
eng.gabrielfelix@gmail.com
Rua: Genaro Sammarco, 857, Centro - Promissão/SP

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

1º TERMO ADITIVO
AO TERMO DE COLABORAÇÃO n.º 007/2025

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PROMISSÃO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC LAR DA ESPERANÇA, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DO REPASSE DO RECURSO DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES FUNDO A FUNDO ESTADUAL, EM COMPLEMENTO A SUBVENÇÃO SOCIAL ESTADUAL, DESTINADOS PARA SEREM UTILIZADOS PARA O CUSTEIO – DESPESAS CORRENTES.

O município de Promissão, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 44.558.856/0001-52, com sede na cidade de Promissão, representado por seu **Prefeito, Sr. Hamilton Luís Foz**, brasileiro, portador do RG nº 10.385.436 SSP/SP e do CPF/MF nº 065.141.148-30, residente e domiciliado em Promissão/SP, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO** e a **Organização da Sociedade Civil Socioassistencial – OSC LAR DA ESPERANÇA,** sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.437.684/0001-07 e, devidamente registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Promissão – COMASP sob o número 03, com sede na Avenida Zamenhof, 333, neste Município, neste ato representada pelo seu **Presidente, Sra. Sueli Maria Bertelli Martins de Souza**, portadora do RG nº 04.809.445-6 e do CPF/MF nº 334.574.768-53, doravante designada simplesmente **OSC**.

Em observância a deliberação do **CONSEAS/SP nº. 11, de 27 de maio de 2025** que dispõe sobre a aprovação do repasse de recursos financeiros, via Fundo Estadual de Assistência Social FEAS, oriundos de suplementação orçamentária, para o custeio de benefícios eventuais e da rede direta e indireta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, para os Fundos Municipais de Assistência Social no Estado de São Paulo. Ao **Decreto Estadual nº. 69.606, de 09 de junho de 2025**, que dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social na Secretaria de Desenvolvimento Social, visando ao custeio e atendimento de Despesas Correntes – GND 3. E a **Resolução SEDS nº 28, de 18 de junho de 2025** que autoriza repasse, via FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS, de recursos financeiros extraordinários para custeio de benefícios eventuais e de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial aos Fundos Municipais de Assistência Social no Estado de São Paulo.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

RESOLVEM celebrar presente instrumento e **1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 007/2025,** objetivando a transferência do **repasse do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** em complemento a subvenção social estadual, cuja parceria estabelecida será regida em observância às disposições da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.948 de 12 de março de 2024, o qual altera o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016**, autorizada pela **Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas e enunciadas, com objetivo de ofertar e desenvolver os serviços socioassistenciais em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em caráter continuado para a população local em situação de vulnerabilidade e risco social, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES deste Município.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa complementar a subvenção social estadual descrita no **Termo de Colaboração nº 007/2025** com o acréscimo dos **recursos dos créditos suplementares fundos a fundo estadual,** com o objetivo de ampliar o valor total do instrumento em **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais e zeros centavos)** e correspondentes alterações no Plano de Trabalho, conforme permite o art. 57 da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações, e o art. 43, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.

Constitui objeto deste Termo de Colaboração, a transferência do repasse do recurso proveniente **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** em complemento a subvenção social estadual, para a OSC pelo MUNICÍPIO, destinados para serem utilizados em **100% dos recursos para as Despesas para Custeio (Despesas Correntes) pertencentes ao Grupo de Natureza de Despesa – GND 3**. Conforme especificações do Plano de Trabalho apresentados pela OSC, com o PARECER FAVORÁVEL da **Resolução n° 16/2024**, APROVAÇÃO e distribuição dos créditos suplementares FUNDO A FUNDO estadual mediante a **Resolução nº 16/2025**. Bem como APROVAÇÃO deste 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 007/2025 e do 1ª Termo Aditivo ao Plano de Trabalho conforme **Resolução nº 19/2025** emitidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP, acolhido e APROVADO por Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES para a celebração da parceria financeira o repasse do recurso.

Visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, que envolve a manutenção e funcionamento do serviço socioassistencial em caráter continuado de **Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes** em consonância com a Tipificação

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, objetivando o atendimento específico do público assistido pelo respectivo serviço socioassistencial em tela, observando-se para tanto a Lei Federal n.º 8.742/1993, de 07/12/1993; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; a Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso; a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução n.º 33/2012 do CNAS e; a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução n.º 269/2006 do CNAS e; a Lei Municipal n.º 3.701, de 09 de fevereiro de 2018. Sendo:

Capacidade de atendimento: 20 Crianças e Adolescentes

Público-alvo: Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, de ambos os sexos, sob medida de proteção e em situação de risco pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Forma de acesso:
- Por determinação do Poder Judiciário;
- Por requisição do Conselho Tutelar. Nesse caso, a autoridade competente deverá ser comunicada, conforme previsto no Artigo 93 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

I. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a **cumprir o Plano de Trabalho e seus respectivos Termos Aditivos** que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração original, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Parágrafo único. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I do caput, do **artigo 43, do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações**, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de colaboração original, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

II. Para a formalização da parceria através deste presente Termo, os devidos Termos Aditivos ao **Plano de trabalho original da OSC** deverão ser acolhidos e aprovados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES deste Município, e deverão conter o parecer favorável através de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP, para a celebração do referido objeto.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS

I. Valor e aplicação dos recursos

Os valores previstos na **Cláusula Terceira do Termo original**, foram aditados com o presente Termo Aditivo com o acréscimo **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual.**

Parágrafo único. A cláusula **Terceira do Termo de Colaboração original,** no que tange aos Valores, Aplicação e Execução dos recursos, passam a vigorar com acréscimo da seguinte redação sobre o valor e aplicação dos recursos:

O MUNICÍPIO, de acordo com os repasses dos recursos provenientes dos créditos suplementares estaduais, repassará o recurso para a OSC beneficiária na **importância total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais e zeros centavos), em 06 (seis) parcelas mensais.** Mediante disponibilidade e crédito orçamentário mensal do valor de custo fixo ou variável do ente federativo de origem do respectivo recurso, conforme transferência dos recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. Consignadas neste Termo de Colaboração, conforme disposto da **Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUTORIZADOS AO MUNICÍPIO

A transferência e liberação presentes na **Cláusula Quinta do Termo original**, foi aditado com o presente Termo Aditivo, com o acréscimo **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** e passam a vigerem com acréscimo da seguinte redação sobre as transferência e liberação.

I. Transferência e liberação do repasse do recurso:

a) Conforme a **Resolução nº 16/2025 e a Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025,** o MUNICÍPIO realizará a transferência na **importância total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais e zeros centavos).**

b) O repasse da transferência e liberação do recurso será realizado em **06 (seis) parcelas mensais** durante o período da vigência e execução de **06 (seis) meses**. Conforme disponibilidade orçamentária e crédito disponibilizado pelo ente federado responsável e a critério do Poder Executivo MUNICIPAL, consignadas neste Termo de Colaboração.

Parágrafo único. Qualquer prorrogação ao prazo de vigência e execução do presente instrumento de parceira, fica condicionado a **Cláusula Oitava** do Termo de Colaboração original.

4

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

A vigência, presente na **Cláusula Oitava do Termo original**, foi aditada com o presente Termo Aditivo, com o acréscimo **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** e passam a vigorar com acréscimo da seguinte redação sobre os prazos de execução:

A vigência do presente Termo de Colaboração será de **06 (seis) meses,** respeitando os termos da legislação da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015.** Podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que o Termo Aditivo seja celebrado no mesmo ano em que o Termo de Colaboração estiver em vigor, havendo a necessidade de lei municipal aprovando a prorrogação da parceria através do Termo Aditivo, em observância com o dispositivo do **art. 55 da Lei Federal n.º 13.204/2015.**

Durante o período da vigência e execução do **recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** caso a OSC não utilize o recurso em sua integralidade, ou por ação de omissão, irregularidade ou improbidade na prestação de contas mensal ou anual, ou ainda pela não execução ou descumprimento dos critérios legais e normativos envolvidos que estabelecem a parceria através do presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração original, apuradas pelos agentes de conferência, análise, fiscalização e controle do Poder Executivo Municipal, os saldos totais integrais ou saldos restantes parciais deverão ser devolvidos e restituídos ao fundo do ERÁRIO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas, inalteradas e vigentes as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Colaboração original, celebrado e firmado, ora aditado, que não tenham sido expressamente modificadas e alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E DO CHAMAMENTO PÚBLICO

A eficácia deste presente Termo Aditivo fica condicionada à PUBLICAÇÃO do respectivo instrumento, em observância ao cumprimento das seguintes ações:

I. Contado a partir da data de assinatura deste presente Termo Aditivo, a fim de comprovar o atendimento das normas que norteiam e regem os princípios gerais da administração pública no que tange a legalidade, impessoalidade e publicidade, este presente instrumento que celebra a parceria para o repasse **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual** e o CHAMAMENTO PÚBLICO em caso de dispensa ou inexigibilidade, conforme disposto nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

deverão ser PUBLICADOS pelo ente federativo MUNICIPAL no **prazo máximo de 15 (quinze) dias** em Diário Oficial – DO ou imprensa oficial.

II. A falta de publicação impede a liberação do repasse **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual** e impede ao cumprimento da legalidade, impessoalidade e publicidade deste presente Termo Aditivo. Condicionando a nulidade do objeto celebrado neste presente instrumento ao Termo de Colaboração original.

Promissão/SP, 29 de agosto de 2025

HAMILTON LUÍS FOZ
Prefeito Municipal de Promissão/SP

SUELI MARIA BERTELLI M. DE SOUZA
Presidente
Lar da Esperança

Testemunha 01:	Testemunha 02:
Nome: Antonio Carlos Guerra Jun	Nome: Leandra R. Pelucci Labrutto
RG: 42.803.527-9	RG: 7.396.603
Assinatura da testemunha 01:	Assinatura da testemunha 02:

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

1º TERMO ADITIVO
AO TERMO DE COLABORAÇÃO n.º 008/2025

1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PROMISSÃO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC CONFERÊNCIA SÃO VICENTE DE PAULO NOSSA SENHORA APARECIDA DE PROMISSÃO – LAR MADRE PAULINA, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DO REPASSE DO RECURSO DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES FUNDO A FUNDO ESTADUAL, EM COMPLEMENTO A SUBVENÇÃO SOCIAL ESTADUAL, DESTINADOS PARA SEREM UTILIZADOS PARA O CUSTEIO – DESPESAS CORRENTES.

O município de Promissão, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 44.558.856/0001-52, com sede na cidade de Promissão, representado por seu **Prefeito, Sr. Hamilton Luís Foz**, brasileiro, portador do RG nº 10.385.436 SSP/SP e do CPF/MF nº 065.141.148-30, residente e domiciliado em Promissão/SP, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO** e a Organização da Sociedade Civil Socioassistencial – OSC **Conferência São Vicente de Paulo Nossa Senhora Aparecida de Promissão – LAR MADRE PAULINA,** sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.618.409/0001-68 e, devidamente registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Promissão – COMASP sob o número 04, com sede na Avenida Madre Paulina, s/n, Chácara São Vicente, neste Município, neste ato representada pelo seu Presidente, **Sra. Janete Alves Martins Caparroz**, portadora do RG nº 35.965.717-5 e do CPF/MF nº 679.223.099-53, doravante designada simplesmente **OSC**.

Em observância a deliberação do **CONSEAS/SP nº. 11, de 27 de maio de 2025** que dispõe sobre a aprovação do repasse de recursos financeiros, via Fundo Estadual de Assistência Social FEAS, oriundos de suplementação orçamentária, para o custeio de benefícios eventuais e da rede direta e indireta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, para os Fundos Municipais de Assistência Social no Estado de São Paulo. Ao **Decreto Estadual nº. 69.606, de 09 de junho de 2025**, que dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social na Secretaria de Desenvolvimento Social, visando ao custeio e atendimento de Despesas Correntes – GND 3. E a **Resolução SEDS nº 28, de 18 de junho de 2025** que autoriza repasse, via FUNDO ESTADUAL DE

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS, de recursos financeiros extraordinários para custeio de benefícios eventuais e de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial aos Fundos Municipais de Assistência Social no Estado de São Paulo.

RESOLVEM celebrar presente instrumento e **1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 008/2025,** objetivando a transferência do **repasse do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** em complemento a subvenção social estadual, cuja parceria estabelecida será regida em observância às disposições da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.948 de 12 de março de 2024, o qual altera o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016**, autorizada pela **Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas e enunciadas, com objetivo de ofertar e desenvolver os serviços socioassistenciais em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em caráter continuado para a população local em situação de vulnerabilidade e risco social, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES deste Município.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa complementar a subvenção social estadual descrita no **Termo de Colaboração nº 008/2025** com o acréscimo dos **recursos dos créditos suplementares fundos a fundo estadual,** com o objetivo de ampliar o valor total do instrumento em **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais e zeros centavos)** e correspondentes alterações no Plano de Trabalho, conforme permite o art. 57 da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações, e o art. 43, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.

Constitui objeto deste Termo de Colaboração, a transferência do repasse do recurso proveniente **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** em complemento a subvenção social estadual, para a OSC pelo MUNICÍPIO, destinados para serem utilizados em **100% dos recursos para as Despesas para Custeio (Despesas Correntes) pertencentes ao Grupo de Natureza de Despesa – GND 3**. Conforme especificações do Plano de Trabalho apresentados pela OSC, com o PARECER FAVORÁVEL da **Resolução n° 16/2024**, APROVAÇÃO e distribuição dos créditos suplementares FUNDO A FUNDO estadual mediante a **Resolução nº 16/2025**. Bem como APROVAÇÃO deste 1º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração nº 008/2025 e do 1ª Termo Aditivo ao Plano de Trabalho conforme **Resolução nº 19/2025** emitidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP, acolhido e APROVADO por Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES para a celebração da parceria financeira o repasse do recurso.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, que envolve a manutenção e funcionamento do serviço socioassistencial em caráter continuado de **Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos** em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, objetivando o atendimento específico do público assistido pelo respectivo serviço socioassistencial em tela, observando-se para tanto a Lei Federal n.º 8.742/1993, de 07/12/1993; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; a Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso; a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução n.º 33/2012 do CNAS e; a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução n.º 269/2006 do CNAS e; a Lei Municipal n.º 3.701, de 09 de fevereiro de 2018. Sendo:

Capacidade de atendimento: 40 idosos

Público-alvo: Idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com graus de dependências 1 e 2, que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e não capazes de prover seu sustento ou cuidados pessoais básicos. Sem distinção de preconceito de origem familiar, raça, cor, sexo, religião e outras formas de discriminação.

Forma de acesso:
- Por requisição de serviços de políticas públicas setoriais;
- CREAS;
- Demais serviços socioassistenciais;
- Ministério Público ou Poder Judiciário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

I. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a **cumprir o Plano de Trabalho e seus respectivos Termos Aditivos** que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração original, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Parágrafo único. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I do caput, do **artigo 43, do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações**, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de colaboração original, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

II. Para a formalização da parceria através deste presente Termo, os devidos Termos Aditivos ao **Plano de trabalho original da OSC** deverão ser acolhidos e aprovados pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES deste Município, e deverão conter o parecer favorável através de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP, para a celebração do referido objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS

I. Valor e aplicação dos recursos

Os valores previstos na **Cláusula Terceira do Termo original**, foram aditados com o presente Termo Aditivo com o acréscimo **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual.**

Parágrafo único. A cláusula **Terceira do Termo de Colaboração original,** no que tange aos Valores, Aplicação e Execução dos recursos, passam a vigorar com acréscimo da seguinte redação sobre o valor e aplicação dos recursos:

O MUNICÍPIO, de acordo com os repasses dos recursos provenientes dos créditos suplementares estaduais, repassará o recurso para a OSC beneficiária na **importância total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais e zeros centavos), em 06 (seis) parcelas mensais.** Mediante disponibilidade e crédito orçamentário mensal do valor de custo fixo ou variável do ente federativo de origem do respectivo recurso, conforme transferência dos recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. Consignadas neste Termo de Colaboração, conforme disposto da **Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025.**

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUTORIZADOS AO MUNICÍPIO

A transferência e liberação presentes na **Cláusula Quinta do Termo original**, foi aditado com o presente Termo Aditivo, com o acréscimo **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** e passam a vigerem com acréscimo da seguinte redação sobre as transferência e liberação.

I. Transferência e liberação do repasse do recurso:

a) Conforme a **Resolução nº 16/2025 e a Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025,** o MUNICÍPIO realizará a transferência na **importância total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais e zeros centavos).**

b) O repasse da transferência e liberação do recurso será realizado em **06 (seis) parcelas mensais** durante o período da vigência e execução de **06 (seis) meses**.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Conforme disponibilidade orçamentária e crédito disponibilizado pelo ente federado responsável e a critério do Poder Executivo MUNICIPAL, consignadas neste Termo de Colaboração.

Parágrafo único. Qualquer prorrogação ao prazo de vigência e execução do presente instrumento de parceira, fica condicionado a **Cláusula Oitava** do Termo de Colaboração original.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

A vigência, presente na **Cláusula Oitava do Termo original**, foi aditada com o presente Termo Aditivo, com o acréscimo **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** e passam a vigorar com acréscimo da seguinte redação sobre os prazos de execução:

A vigência do presente Termo de Colaboração será de **06 (seis) meses,** respeitando os termos da legislação da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015.** Podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que o Termo Aditivo seja celebrado no mesmo ano em que o Termo de Colaboração estiver em vigor, havendo a necessidade de lei municipal aprovando a prorrogação da parceria através do Termo Aditivo, em observância com o dispositivo do **art. 55 da Lei Federal n.º 13.204/2015.**

Durante o período da vigência e execução do **recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** caso a OSC não utilize o recurso em sua integralidade, ou por ação de omissão, irregularidade ou improbidade na prestação de contas mensal ou anual, ou ainda pela não execução ou descumprimento dos critérios legais e normativos envolvidos que estabelecem a parceria através do presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração original, apuradas pelos agentes de conferência, análise, fiscalização e controle do Poder Executivo Municipal, os saldos totais integrais ou saldos restantes parciais deverão ser devolvidos e restituídos ao fundo do ERÁRIO MUNICIPAL.

CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas, inalteradas e vigentes as demais cláusulas e condições previstas no Termo de Colaboração original, celebrado e firmado, ora aditado, que não tenham sido expressamente modificadas e alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO E DO CHAMAMENTO PÚBLICO

A eficácia deste presente Termo Aditivo fica condicionada à PUBLICAÇÃO do respectivo instrumento, em observância ao cumprimento das seguintes ações:

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

I. Contado a partir da data de assinatura deste presente Termo Aditivo, a fim de comprovar o atendimento das normas que norteiam e regem os princípios gerais da administração pública no que tange a legalidade, impessoalidade e publicidade, este presente instrumento que celebra a parceria para o repasse **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual** e o CHAMAMENTO PÚBLICO em caso de dispensa ou inexigibilidade, conforme disposto nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015, deverão ser PUBLICADOS pelo ente federativo MUNICIPAL no **prazo máximo de 15 (quinze) dias** em Diário Oficial – DO ou imprensa oficial.

II. A falta de publicação impede a liberação do repasse **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual** e impede ao cumprimento da legalidade, impessoalidade e publicidade deste presente Termo Aditivo. Condicionando a nulidade do objeto celebrado neste presente instrumento ao Termo de Colaboração original.

Promissão/SP, 29 de agosto de 2025

HAMILTON LUÍS FOZ
Prefeito Municipal de Promissão/SP

JANETE ALVES MARTINS CAPARROZ
Presidente Lar Madre Paulina

Testemunha 01:	Testemunha 02:
Nome: Antonio Carlos Guerra Jr	Nome: Luis Cristina Regina Arakaki
RG: 42.803.528-9	RG: 42.803.149-3
Assinatura da testemunha 01:	Assinatura da testemunha 02:

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

DECLARAÇÃO – EXTRATO DE JUSTIFICATIVA

DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 016/2025

CONSIDERANDO que o Plano de Trabalho para o exercício do ano de 2025, apresentado pela Organização da Sociedade Civil Socioassistencial – OSC **Conferência São Vicente de Paulo Nossa Senhora Aparecida de Promissão – LAR MADRE PAULINA**, sem fins lucrativos, devidamente inscrita e registrada no Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP sob o número 04, com sede na Avenida Madre Paulina, s/n, Chácara São Vicente, neste Município, apresenta deferimento e PARECER FAVORÁVEL da **Resolução n° 19/2025 ,** emitida pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP, o qual fora acolhido e aprovado por esta Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES. E a distribuição dos créditos suplementares estaduais fora APROVADO e emitida pelo mesmo Conselho, através da **Resolução nº 16/2025,** bem como autorizada pela **Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025.**

CONSIDERANDO a parceria a ser formalizada e estabelecida entre a OSC em tela e o Município, para o repasse dos **recursos dos créditos suplementares fundos a fundo estadual na importância total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais e zeros centavos),** a qual será realizada mediante celebração do **Termo de Colaboração nº 016/2025,** destinados para serem utilizados com ações de custeio – despesas correntes da instituição, distribuídos para serem aplicados da seguinte forma de acordo com o plano de aplicação financeira do Plano de Trabalho, tais como: **recursos humanos, materiais de consumo e gêneros de alimentação.**

CONSIDERANDO a justificativa e situação que permitem a dispensa ou inexigibilidade do chamamento público, de acordo com os dispostos dos artigos, 29, 30 ou 31 da **Lei Federal n.º 13.019/2014 e alterações**, e em conformidade com o termo do inciso II do artigo 31 desta mesma Lei, considerado o fato que trata-se da única organização da sociedade civil existente neste Município e inscrita no COMASP, que apresenta a capacidade técnica e operacional de executar Serviço Socioassistencial de **Proteção Social Especial de Média Complexidade para o atendimento de Pessoas Idosas no Centro Dia da instituição** tipificado na

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

DECLARO e assim faço publicar o presente EXTRATO DE JUSTIFICATIVA, que a Organização da Sociedade Civil Socioassistencial – OSC em tela, **está dispensada do processo de chamamento público.**

O MUNICÍPIO, dando o ato de publicidade da justificativa de dispensa ou inexigibilidade do chamamento público em seu Diário Oficial – DO ou impressa, será ofertado a qualquer outra organização da sociedade civil, munícipe ou interessado no objeto potencial da parceria a ser celebrada, a **possibilidade de impugnar o ato da justificativa de dispensa ou inexigibilidade do chamamento público**. Será concedido o **prazo de 5 (cinco) dias** a contar do ato de publicação desta justificativa, para que quem tenha interesse a impugne. Conforme disposto no parágrafo segundo do artigo 32 Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015, a impugnação deverá ser acolhida e analisada pelo administrador público responsável em **até 5 (cinco) dias** da data do respectivo protocolo.

Caso os elementos trazidos nesta impugnação sejam plausíveis, será revogado o ato que declarou a dispensa ou que considerou inexigível o chamamento público. E será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público.

Promissão/SP, 29 de agosto de 2025

ANTÔNIO CARLOS GUERRA JUNIOR
Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

TERMO DE COLABORAÇÃO n.º 016/2025

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PROMISSÃO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC CONFERÊNCIA SÃO VICENTE DE PAULO NOSSA SENHORA APARECIDA DE PROMISSÃO – LAR MADRE PAULINA, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DO REPASSE DO RECURSO DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES FUNDO A FUNDO ESTADUAL, EM COMPLEMENTO A SUBVENÇÃO SOCIAL ESTADUAL, DESTINADOS PARA SEREM UTILIZADOS PARA O CUSTEIO – DESPESAS CORRENTES.

O município de Promissão, inscrito no CNPJ/MF sob o n° 44.558.856/0001-52, com sede na cidade de Promissão, representado por seu **Prefeito, Sr. Hamilton Luís Foz**, brasileiro, portador do RG nº 10.385.436 SSP/SP e do CPF/MF nº 065.141.148-30, residente e domiciliado em Promissão/SP, doravante designado simplesmente **MUNICÍPIO** e a Organização da Sociedade Civil Socioassistencial – OSC **Conferência São Vicente de Paulo Nossa Senhora Aparecida de Promissão – LAR MADRE PAULINA,** sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 55.618.409/0001-68 e, devidamente registrada no Conselho Municipal de Assistência Social de Promissão – COMASP sob o número 04, com sede na Avenida Madre Paulina, s/n, Chácara São Vicente, neste Municipio, neste ato representada pelo seu Presidente, **Sra. Janete Alves Martins Caparroz**, portadora do RG nº 35.965.717-5 e do CPF/MF nº 679.223.099-53, doravante designada simplesmente **OSC**.

Em observância a deliberação do **CONSEAS/SP nº. 11, de 27 de maio de 2025** que dispõe sobre a aprovação do repasse de recursos financeiros, via Fundo Estadual de Assistência Social FEAS, oriundos de suplementação orçamentária, para o custeio de benefícios eventuais e da rede direta e indireta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Especial, para os Fundos Municipais de Assistência Social no Estado de São Paulo. Ao **Decreto Estadual nº. 69.606, de 09 de junho de 2025**, que dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Seguridade Social na Secretaria de Desenvolvimento Social, visando ao custeio e atendimento de Despesas Correntes – GND 3. E a **Resolução SEDS nº 28, de 18 de junho de 2025** que autoriza repasse, via FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FEAS, de recursos financeiros extraordinários para custeio de benefícios eventuais e de serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Especial aos Fundos Municipais de Assistência Social no Estado de São Paulo.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

RESOLVEM celebrar o presente **Termo de Colaboração** objetivando a transferência do **repasse do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** em complemento a subvenção social estadual, cuja parceria estabelecida será regida em observância às disposições da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 11.948 de 12 de março de 2024, o qual altera o Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016**, autorizada pela **Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas e enunciadas, com objetivo de ofertar e desenvolver os serviços socioassistenciais em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em caráter continuado para a população local em situação de vulnerabilidade e risco social, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES deste Município.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Colaboração, a transferência do repasse do recurso proveniente **do recurso dos créditos suplementares fundo a fundo estadual,** em complemento a subvenção social estadual, para a OSC pelo MUNICÍPIO, destinados para serem utilizados em **100% dos recursos para as Despesas para Custeio (Despesas Correntes) pertencentes ao Grupo de Natureza de Despesa – GND 3**. Conforme especificações do Plano de Trabalho apresentados pela OSC, com o PARECER FAVORÁVEL da **Resolução n° 19/2025** e APROVAÇÃO e distribuição dos créditos suplementares FUNDO A FUNDO estadual mediante a **Resolução nº 16/2025** emitida pelo Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP, acolhido e APROVADO por Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES para a celebração da parceria financeira o repasse do recurso.

Visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, que envolve a manutenção e funcionamento do serviço socioassistencial em caráter continuado de **Proteção Social Especial de Média Complexidade para Pessoas Idosas no Centro Dia da instituição** em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, objetivando o atendimento específico do público assistido pelo respectivo serviço socioassistencial em tela, observando-se para tanto a Lei Federal n.º 8.742/1993, de 07/12/1993; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; a Lei Federal n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso; a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS, aprovada pela Resolução n.º 33/2012 do CNAS e; a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução n.º 269/2006 do CNAS e; a Lei Municipal n.º 3.701, de 09 de fevereiro de 2018. Sendo:

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Capacidade de atendimento: 10 idosos

Público-alvo: Idosos com 60 anos ou mais, de ambos os sexos, independentes e/ou com graus de dependências 1 e 2, que não dispõem de condições para permanecer com a família, com vivência de situações de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos e não capazes de prover seu sustento ou cuidados pessoais básicos. Sem distinção de preconceito de origem familiar, raça, cor, sexo, religião e outras formas de discriminação.

Forma de acesso:
- Por requisição de serviços de políticas públicas setoriais;
- CREAS;
- Demais serviços socioassistenciais;
- Ministério Público ou Poder Judiciário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

I. Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a **cumprir o plano de trabalho** que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do presente Termo de Colaboração, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

Parágrafo único. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto quando coincidirem com alguma hipótese de termo aditivo prevista no inciso I do caput, do artigo 43, do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações, caso em que deverão ser formalizados por aditamento ao termo de colaboração, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

II. Para a formalização da parceria através deste presente Termo, o **Plano de trabalho da OSC** deverá ser acolhido e aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES deste Município, e deverá conter o parecer favorável através de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social – COMASP, para a celebração do referido objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS

I. Valor e aplicação dos recursos

O MUNICÍPIO, de acordo com os repasses dos recursos provenientes dos créditos suplementares estaduais, repassará o recurso para a OSC beneficiária na **importância total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais e zeros centavos), em 06 (seis) parcelas mensais.** Mediante disponibilidade e crédito orçamentário mensal do valor de custo fixo ou variável do ente federativo de origem do respectivo recurso, conforme transferência dos recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Social – FEAS para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS. Consignadas neste Termo de Colaboração, conforme disposto da **Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025.**

Conforme o Plano de Aplicação Financeira do Plano de Trabalho da OSC, cujo recurso será aplicado e destinado para as despesas de custeio, tais como: **recursos humanos, materiais de consumo e gêneros de alimentação.**

Com base no disposto na Portaria STN nº 448/2002, poderá ser aplicada de acordo com os seguintes itens e alíneas:

a) 100% do valor do recurso repassado deverá ser utilizado e aplicado com Despesas de Custeio (Despesas Correntes), pertencentes ao Grupo de Natureza de Despesa – GND 3.

Parágrafo primeiro. Os eventuais rendimentos financeiros decorrentes de juros de aplicação financeira devido a permanência do recurso em conta aplicação, deverão ser aplicados para a mesma finalidade e proporcionalidade, após o devido repasse.

Parágrafo segundo. Para o cofinanciamento, a aplicação do recurso financeiro deverá seguir as especificações das Despesas de Custeio de acordo com o **cronograma de execução apresentados e estabelecidos nos Planos de Trabalho da OSC** para a utilização e aplicação do recurso.

Parágrafo terceiro. A utilização e aplicação dos recursos deverão seguir as instruções normativas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, e estar em conformidade com o disposto na Portaria STN nº 448/2002. Sendo vedada a utilização dos recursos em natureza de despesa diferente daquela para qual foi repassada e destinada. Conforme itens e alíneas a seguir:

II. Execução das ações para Custeio (Despesas Correntes) – GND 3

Nos termos da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015** e em conformidade com as instruções normativas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP e de acordo com os critérios e especificações apresentadas e aprovadas no Plano de Trabalho, a OSC poderá utilizar e aplicar os recursos financeiros para as seguintes **ações de custeio (despesas correntes) pertencentes ao Grupo de Natureza de Despesa – GND 3**, objetivando a manutenção e funcionamento do serviço socioassistencial da instituição.

Ainda, com relação ao recurso proveniente de subvenções municipais e/ou estaduais, os itens para o GND3 custeio (despesas correntes) da OSC, poderão ser adquiridos em observância à **Portaria Conjunta CAS/CAFC nº01, de 14 de agosto de 2023, no Anexo I**; e em observância à **Resolução SEDS nº 05/2025**,

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

respeitando as normas legais e vigentes sobre o assunto, com as seguintes despesas a seguir:

a) remuneração de **recursos humanos** da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas para o devido pagamento de servidores.

Parágrafo único. Os salários de profissionais da área de Saúde e outras áreas profissionais que não são parte da equipe de referência e não estão autorizados na Resolução CNAS nº 17/2011 e na Resolução CNAS nº 09/2014, devem ser custeados pela OSC a partir de recurso próprio ou destinados por outras áreas setoriais públicas.

b) aquisição de **materiais de consumo**, os quais, em razão do seu uso, normalmente perdem sua identidade física mesmo quando incorporados ao bem (com durabilidade inferior a 2 anos), tais como: materiais de cama, mesa e banho; material de copa e cozinha; material de expediente; material de limpeza e higienização; material educativo e esportivo; material para a manutenção de bens móveis e ou imóveis; vestuário; equipamentos de proteção individual – EPIs; materiais elétricos e eletrônicos; materiais de processamento de dados, e outros materiais se enquadram nessa classificação.

c) aquisição para **gêneros de alimentação**.

d) custeio de **serviços prestados por terceiros**, observando-se que no caso de pessoa jurídica prestadora de serviço, os serviços prestados deverão estar adequados ao código e descrição da atividade econômica principal/atividades econômicas secundárias, cadastrados no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica na Receita Federal do Brasil do prestador dos serviços custeados. Tais como: para locação de imóveis; locação de materiais permanentes; locação de veículos; contratação de pessoa jurídica para a realização de serviços e para o pagamento de não-servidores.

e) utilidade pública para o pagamento de contas de água e esgoto; luz, telefone, internet e gás.

f) abastecimento de combustível nos veículos da OSC, com documentação e justificativas.

g) aquisição de **material utilizado para a manutenção de veículos**.

h) medicação e afins com receitas médicas.

5

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

i) Adaptação, manutenções ou reparos em "pequena escala e menor quantidade": quando a obra se limitar à execução de serviços dentro do perímetro do prédio construído, com o intuito de adequar o espaço existente ao desenvolvimento de novas propostas de uso, considerando as necessidades verificadas, desde que possa ser considerada e caracterizada como ações de custeio, como por exemplo aos Materiais para a Manutenção de Bens Imóveis;

j) reforma (sem ampliação): quando a obra for de adaptação, manutenção ou reparo e se limitar à execução de serviços dentro do perímetro do prédio construído, tais como: pintura, revisão de instalações elétricas e hidráulicas, reposição de pisos, telhados e esquadrias, bem como modificações internas de alvenaria, desde que possa ser considerada e caracterizada como ações de custeio.

II. Com base no inciso II, artigo 45 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015, fica proibida a remuneração de profissional que tenha algum tipo de vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Promissão a partir de recurso da subvenção social mesmo que o servidor em questão use de direito legal de gozar de duplo vínculo empregatício e desenvolva jornada de trabalho independente da que presta para o Município.

III. Com base na Instrução n.º 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, na Seção IV – "Dos termos de colaboração e fomento", artigo 130, inciso I, alínea "s", fica proibida o pagamento de cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, de servidores públicos efetivos ou comissionados, a partir do recurso da subvenção social.

IV. Com base no inciso III do artigo 46 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, fica autorizada a contratação de serviços de terceiros de pessoa jurídica a partir da subvenção social desde que necessários para a execução do objeto deste termo de colaboração, com a obrigatoriedade de prestação posterior de justificativa em até 30 dias após o uso do recurso.

V. Com base no inciso III do artigo 46 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, fica autorizada a aquisição de materiais para pequenos reparos, desde que necessários para a execução do objeto deste termo de colaboração, com a obrigatoriedade de prestação posterior de justificativa em até 30 dias após o uso do recurso.

VI. É responsabilidade exclusiva da OSC o gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio e de pessoal.

VII. É responsabilidade exclusiva da OSC o pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou

6

subsidiária do MUNICÍPIO referente à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

VIII. A inadimplência do MUNICÍPIO não transfere para a OSC a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas ao objeto deste termo de colaboração a partir de recurso próprio da OSC.

IX. A inadimplência da OSC em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

X. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela OSC com recursos deste termo de colaboração não gera vínculo trabalhista com o MUNICÍPIO.

XI. A inadimplência da OSC com referência ao pagamento de encargos trabalhistas e salários da equipe contratada para a execução do objeto deste termo de colaboração, em nenhuma hipótese transfere ao MUNICÍPIO a responsabilidade por seu pagamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA TITULARIDADE DOS BENS E DIREITOS REMANESCENTES

I. Bens e direitos remanescentes de repasses Municipais e Estaduais

a) No caso de parceria vinculada por meio do repasse de recursos destinados para o custeio/despesas correntes ou investimento/despesas de capital da OSC, a titularidade dos bens e direitos remanescentes, para os incrementos temporários ou estruturação da rede adquiridos, produzidos ou transformados com os recursos repassados, ao término da parceria celebrada neste Termo, serão pertencentes à OSC, desde que não ocorra a descontinuidade da prestação do serviço socioassistencial ofertado ao Município.

II. Bens e direitos remanescentes de repasses Federais

a) No caso de parceria vinculada por meio do repasse de recursos federais destinados para o custeio/despesas correntes da OSC, a titularidade dos bens e direitos remanescentes, para os incrementos temporários adquiridos, produzidos ou transformados com os recursos repassados, ao término da parceria celebrada neste Termo, serão pertencentes à OSC, desde que não ocorra a descontinuidade da prestação do serviço socioassistencial ofertado ao Município.

b) No caso de parceria vinculada por meio do repasse de recurso oriundo de emenda parlamentar federal, destinada para despesa de investimento/despesas de capital da OSC, serão observadas as normativas federais relacionadas ao tema da cessão do bem vinculado à parceria, conforme disposto dos artigos 46 e 47 da

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Portaria MDS Nº 1.044/2024 e alterações bem como a observância da licitação vigente.

c) Para a estruturação da rede com os recursos repassados para o investimento/despesas de capital da OSC, em observância aos §1º e §3º do art. 47 da Portaria MDS Nº 1.044/2024 e alterações, cabe ao MUNICÍPIO definir se, ao executar os recursos da programação:

I – se fará o procedimento da aquisição do bem de investimento via processo licitatório, patrimoniar os bens adquiridos e após a formalização Acordo de Cooperação, conforme a Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, por meio de uma cessão de uso, disponibilizar os bens para a OSC e unidade referenciada, ou;

II – se transferirá o recurso financeiro à entidade de assistência social para que esta realize a aquisição dos equipamentos, materiais permanentes ou veículos, conforme estipulado no Plano de Trabalho aprovado pelo Conselho e parceria celebrada nos convênios de Termos de Fomento/Colaboração.

Os bens adquiridos devem permanecer na oferta do serviço socioassistencial por no mínimo 3 (três) anos contatos da entrega do bem, no caso de equipamentos, materiais permanentes. E no mínimo de 5 (cinco) anos para veículos, de acordo com o art. 46 da Portaria MDS Nº 1.044/2024 e alterações. E não devem ter utilização prévia, ou seja, devem ter estado de novo para a aquisição, em observância ao art. 45 da mesma Portaria. Os bens a serem adquiridos estão condicionados ao rol padronizado de itens constantes na Portaria SNAS nº 47/2025. E os veículos devem obedecer às características técnicas contidas na Portaria SNAS Nº 121/2021. Neste caso, a titularidade dos bens e direitos remanescentes pertence ao ente federado responsável.

Assim, devem observar o seguinte regramento legal e normas vigentes do rol padronizado de itens permitidos e autorizados: PORTARIA SNAS/MDS nº 47, de 25 de abril de 2025 a qual altera a PORTARIA Nº 104, de 14 de junho de 2024 para equipamentos, materiais permanentes e veículos. E Estrutura de Mobilidade do SUAS MOB-SUAS, a PORTARIA SNAS Nº 121, de 19 de outubro de 2021 a qual altera a PORTARIA MC Nº 640, de 22 de setembro de 2021 e a PORTARIA MDS nº 2.600, 06 de novembro de 2018, em especial quando houver a aquisição de veículos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUTORIZADOS AO MUNICÍPIO

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial. Sendo vedado ao Município utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Parágrafo único. Além das obrigações constantes na legislação e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, são atribuições, responsabilidades e obrigações do **MUNICÍPIO**:

I. Transferência e liberação do repasse do recurso:

a) Conforme a **Resolução nº 16/2025 e a Lei Municipal nº 4.357 de 12 de agosto de 2025,** o MUNICÍPIO realizará a transferência na **importância total de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais e zeros centavos).**

b) O repasse da transferência e liberação do recurso será realizado em **06 (seis) parcelas mensais** durante o período da vigência e execução de **06 (seis) meses**. Conforme disponibilidade orçamentária e crédito disponibilizado pelo ente federado responsável e a critério do Poder Executivo MUNICIPAL, consignadas neste Termo de Colaboração.

Parágrafo único. Qualquer prorrogação ao prazo de vigência e execução do presente instrumento de parceira, fica condicionado a **Cláusula Oitava**.

c) A transferência e liberação do repasse das parcelas mensais ficará condicionada ao **ofício de liberação do Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES** para a Contadoria Municipal no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda do MUNICÍPIO. Tendo em vista as obrigações de atendimento da OSC previstas neste Termo. Como o envio do relatório circunstanciado mensal das atividades e do envio das prestações de contas mensais dentro dos prazos determinados a critério do Poder Executivo MUNICIPAL.

II. Monitorar a execução deste termo de colaboração por parte da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES, a partir das seguintes ações:

a) O monitoramento técnico da execução dos serviços socioassistenciais celebrados neste Termo de Colaboração, será realizado pela Seção de Monitoramento Técnico da Rede Socioassistencial do Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES.

b) O apoio administrativo no recebimento, conferência e processamento de documentos relacionados à prestação de contas e ao relatório circunstanciado de atividades, ambos enviados mensalmente ao Órgão Gestor da SEMADES pela OSC, será desenvolvido pela Seção de Escrituração do Órgão Gestor da SEMADES.

c) O instrumental de monitoramento técnico será composto por equipamentos básicos de informática e de escritório disponibilizados na sala do técnico responsável pelo monitoramento, dentro do Órgão Gestor da SEMADES do MUNICÍPIO.

9

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

d) A forma principal de monitoramento técnico será a análise mensal do Relatório Mensal de Atividades, emitido pela OSC, imediatamente referente ao mês anterior à sua emissão.

III. Disponibilizar materiais, equipamentos tecnológicos e estrutura logística necessárias para as atividades de monitoramento e avaliação técnica.

VI. Comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, conforme o prazo determinado pelo MUNICÍPIO para o saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações.

V. Analisar os relatórios de execução do objeto.

VI. Analisar os relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas no artigo 56, *caput*, do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.

VII. Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração, nos termos do artigo 43 do Decreto nº 8.726, de 2016 alterações.

VIII. Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, nos termos dos artigos 49 e 50 do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.

IX. Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

X. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da OSC, de modo a evitar sua descontinuidade do serviço socioassistencial prestado e ofertado ao Município, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do artigo 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

XI. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pelo MUNICÍPIO ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do artigo 48 da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

XII. Publicar no Diário Oficial, Impressa Oficial e Portais Públicos de Transparência, extrato do Termo de Colaboração.

XIII. Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e demais sites governamentais, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do artigo 10 da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

XIV. Exercer atividade normativa, de monitoramento, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações para a OSC, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas.

XV. Informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública por parte do MUNICÍPIO que interessem à execução do presente Termo de Colaboração.

XVI. Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Termo de Colaboração.

XVII. Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

XVIII. Emissão de Parecer Técnico sobre análise da prestação de contas final da OSC por parte da Secretaria Municipal da Fazenda.

XIX. Assinalar prazos para que a OSC adote as providências necessárias para o exato cumprimento das obrigações decorrentes deste Termo de Colaboração nos termos dos artigos 69, 70 e 71 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

XX – Quando solicitado pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Promissão – COMASP, apresentar todas as informações referentes à execução deste Termo de Colaboração.

XXI – Em situação de inexecução do objeto deste termo de colaboração, mediante culpa exclusiva da OSC, o MUNICÍPIO poderá assumir em caráter emergencial a execução do objeto por conta própria, de modo a evitar a sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o MUNICÍPIO assumiu essas responsabilidades.

XXII. Requisitar acompanhamento simultâneo de forma mais intensiva, tanto por parte do COMASP, quanto por parte da Promotoria Pública de Promissão do Ministério Público do Estado de São Paulo, caso o MUNICÍPIO assim o considere necessário.

11

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

XXIII. O Município poderá realizar as seguintes ações para a preparação e para a execução da formalização da parceria:

a) Realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº. 13.019/14 e alterações.

b) Indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

c) Demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto.

d) Declaração quanto à compatibilização e à adequação das despesas da parceria aos dispositivos dos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

e) Nota(s) de empenho vinculada(s) ao termo.

f) Termo de ciência e de notificação, relativo à tramitação do processo perante o Tribunal de Contas, firmado por ambos os parceiros, conforme modelo disponibilizado pelo TCE/SP.

g) Cadastro do responsável que assinou a parceria, conforme modelo disponibilizado pelo TCE/SP.

h) Aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei Federal nº. 13.019/14 e alterações.

i) Emissão de parecer de órgão técnico da administração pública municipal.

j) Emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública municipal acerca da possibilidade de celebração da parceria.

k) Regulamentação municipal da Lei nº 13.019/2014 e alterações sob a perspectiva da Administração Pública.

l) Publicação dos respectivos extratos no Diário Oficial Eletrônico, produzindo os efeitos legais deste Termo.

m) Certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pelo órgão concessor e respectivos períodos de atuação.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

n) Certidão indicando os nomes e CPFs dos responsáveis pela fiscalização da execução do termo de colaboração ou de fomento e respectivos períodos de atuação.

o) Certidão contendo os nomes e CPFs dos responsáveis pelo controle interno do órgão concessor, os respectivos períodos de atuação, os afastamentos e as substituições.

p) Relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, elaborado pela Administração Pública e homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, demonstrando que a parceria permanece a melhor opção, bem como parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas elaborado pelo gestor da parceria.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUTORIZADOS À OSC

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial. Sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

Parágrafo único. Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente Termo e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à **OSC** cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

I. Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei Federal nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015 e no Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.

II. Executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

III. Prestar o serviço socioassistencial constante do objeto deste termo de colaboração, a quem dele necessitar, proporcionando amplo e igual acesso à população abrangida, respeitando e observando os critérios técnicos socioassistenciais de elegibilidade do público atendido.

IV. Trabalho social essencial ao serviço: Acolhida/Recepção; escuta; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo Social; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com

13

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contrarreferência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; orientação para acesso a documentação pessoal; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos.

V. Zelar pela manutenção e boa qualidade das ações do serviço socioassistencial prestado, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades, de acordo com as diretrizes técnicas e operacionais definidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e demais legislação supra.

VI. Manter os materiais e equipamentos suficientes, adequados e compatíveis com o desenvolvimento do serviço socioassistencial que se obriga a prestar, com vistas ao alcance dos objetivos e aquisições estabelecidos no Plano de Trabalho apresentado e em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

VII. Manter o pagamento dos recursos humanos e a equipe técnica de referência em observância a Resolução CNAS nº 17/2011 – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e a Lei Federal nº 13.019, de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, artigo 11, § único, inciso VI; artigo 42, incisos XIX e XX; artigo 46, inciso I em vigência.

VIII. Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do artigo 11, inciso I, e § 3º do artigo 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento.

IX. Permitir o livre acesso dos agentes de monitoramento, avaliação e controle do Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES, dos membros de fiscalização do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e dos servidores do Sistema de Controle Interno da Contadoria Municipal da Secretaria Municipal da Fazenda, do Tribunal de Contas do Estado – TCE/SP ou do Tribunal de Contas da União – TCU e ao Ministério Público, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do projeto,

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

permitindo o acompanhamento "in loco" e prestando todas e quaisquer informações solicitadas

X. Aplicar integralmente o recurso da emenda federal repassado pelo MUNICÍPIO no desenvolvimento ou para a viabilização indireta do serviço socioassistencial constante no objeto deste termo de colaboração.

XI. Informar a **conta bancária da OSC**, dentro dos seguintes requisitos:

a) Devidamente aberta em instituição bancária pública ou mista com participação acionista majoritária da União.

b) Sem a cobrança de tarifa bancária.

c) Caso haja a cobrança de tarifa bancária, a mesma deverá ser paga com recurso próprio da OSC, vedada o pagamento de taxas bancárias com recurso público, seja federal, estadual ou municipal.

XII. Realizar toda a movimentação bancária dos recursos oriundos deste termo de colaboração via transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade do depósito em sua conta bancária.

Parágrafo primeiro. A OSC deverá manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pelo MUNICÍPIO, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas e conforme observado o disposto artigo 51 Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015.

Parágrafo segundo. Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo artigo 45 da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

XIII. Excepcionalmente, caso sejam feitos pagamentos fora dos critérios definidos neste presente instrumento, ou seja, pagamentos sem a realização de transferência eletrônica bancária, a OSC deverá apresentar justificativa para a Contadoria Municipal no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, que com base no § 2º do artigo 53 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, poderá deferir a operação.

XIV. No caso de repasse de recursos destinados para o investimento – despesas de capital da OSC, quanto aos bens e materiais permanentes e ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração:

a) Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

15

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

b) Garantir sua guarda e manutenção;

c) Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

d) Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

e) Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

f) Durante a vigência do Termo de Colaboração, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XV. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão, extinção ou descontinuidade do serviço socioassistencial ofertado e prestado ao Município, citado no plano de trabalho e neste presente Termo de Colaboração, restituir ao Fundo do erário responsável, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme artigo 52 da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

XVI. Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos artigos 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

XVII. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de **10 (dez) anos** após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do artigo 68 da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

XVIII. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades.

XIX. Observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os procedimentos estabelecidos nos artigos 36 a 42 do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.

XX. Incluir regularmente nos sites e sistemas informatizados solicitados pelo MUNICÍPIO, as informações e os documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.019, de 2014 e alterações, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos, observadas as seguintes regras:

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

a) Será obrigação da OSC designar funcionários de seu quadro celetista para a participação em curso de capacitação fornecido pela Secretaria Municipal da Fazenda do MUNICÍPIO, relacionado ao preenchimento de sistemas eletrônicos de prestação de contas.

b) Nas situações em que a OSC descumprir o disposto na alínea "a" deste inciso ou no caput deste inciso, o MUNICÍPIO poderá suspender o repasse mensal da subvenção, até que a OSC regularize a/s pendência/s gerada/s.

c) Em especial, o MUNICÍPIO procederá na suspensão do repasse municipal na situação em que a OSC não designar funcionários do seu quadro celetista para treinamento de preenchimento de sistema eletrônico de prestação de contas, devendo ser aplicada a mesma penalidade, nos casos em que o/s funcionário/s designado/s não concluir o respectivo treinamento e quando a prestação eletrônica de contas não for preenchida pela OSC no sistema eletrônico indicado, dentro dos prazos mensais e ou anuais solicitados a critério do Poder Executivo MUNICIPAL.

XXI. Observar o disposto no artigo 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros.

XXII. Manter os dados cadastrais e de recursos humanos da OSC atualizados nos principais sites do governo federal, como o Sistema de Cadastro do SUAS – CadSUAS e no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, bem como demais sites governamentais seja Municipal, Estadual ou Federal, nos termos do artigo 26, §5º, do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.

XXIII. Divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no artigo 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

XXIV. Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do artigo 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

XXV. Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e das taxas de importação, de câmbio, aduaneiras e similares, relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública Municipal, Estadual ou Federal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do artigo 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014 e alterações.

17

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

XXVI. Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera Municipal, Estadual ou Federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

XXVII. Prestar contas mensalmente ou quando requerido ao Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES, para o devido acompanhamento, monitoramento e fiscalização da aplicação e utilização dos recursos repassados e avaliação do serviço socioassistencial prestado.

XXVIII. Prestar contas anualmente ou quando requerido, a Contadoria Municipal da Secretaria Municipal da Fazenda, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo VII, do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.

XXIX. Enviar mensalmente, em formato digital e impresso assinado, para o Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES **até o quinto dia útil de cada mês, o relatório circunstanciado mensal de atividades do mês anterior, acompanhando do relatório nominal dos atendidos**, para que o Órgão Gestor possa autorizar a Secretaria Municipal da Fazenda a realizar a liberação do repasse da parcela mensal da subvenção social para a OSC. Facultado pelo Órgão Gestor a prorrogação deste prazo de envio do relatório circunstanciado mensal de atividades realizado mensalmente pela OSC.

XXX. Apresentar até a data da assinatura deste termo de colaboração, **os documentos abaixo relacionados**, mantendo-os atualizados durante toda a sua duração:

a) Ofício do Presidente da OSC solicitando a celebração da parceria para execução do Plano de Trabalho com o Município.

b) Certidão de regularidade fiscal, junto à Secretaria da Receita Federal, Estadual e Municipal.

c) Certidão de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF.

d) Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT. Junto ao INSS, conforme exigência constitucional contida no § 3º, do artigo 195, da Constituição Federal. E junto à Caixa Econômica Federal, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

e) Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

f) Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, com o devido Atestado de Funcionamento atualizado.

g) A Licença de Funcionamento expedida pela Vigilância Sanitária ou isenção de licença.

h) Proposta orçamentária detalhada, contendo quantidades e custos que demonstrem a compatibilidade destes com os preços praticados no mercado ou com outros ajustes da mesma natureza.

i) Plano de trabalho aprovado pelo conselho de direito da respectiva área setorial de atuação da OSC, a ser executado no mesmo ano de exercício do repasse do recurso da emenda federal

j) Declaração de abertura de conta bancária específica em banco oficial (que deve ser atualizada e informado ao Município quando sofrer alguma alteração). Para que ocorra o devido repasse do recurso da emenda federal para a conta bancária específica, sem interrupções.

k) Declaração emitida pela própria entidade em papel timbrado e atualizada de que a organização da sociedade civil não está impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos, portanto não se submetendo as vedações previstas no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019/14 e alterações.

l) Declaração emitida pela própria entidade em papel timbrado e atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSC de agentes políticos de Poder, de membros do Ministério Público ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

m) Declaração emitida pela própria entidade em papel timbrado e atualizada de que não haverá contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

n) Declaração emitida pela própria entidade em papel timbrado acerca das exigências contidas nos incisos II, III, VI e VII do artigo 34 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, informando ao Município que as exigências foram cumpridas e que a documentação pertinente se encontra à disposição do Tribunal de Contas para verificação.

19

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

o) Demonstrativo dos custos apurados para a estipulação das metas e do orçamento.

p) Estatuto da OSC devidamente registrado em cartório (que deve ser atualizado e informado ao Município quando sofrer alguma alteração).

q) Inscrição e registro ativo da OSC no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ).

r) Última ata de eleição e posse da diretoria e do conselho fiscal da OSC (que deve ser atualizada quando sofrer alteração em sua composição).

s) Comprovação do cumprimento das exigências previstas na alínea "a", inciso V do artigo 33 da Lei Federal nº 13.019/14 e alterações.

u) Registro atualizado no Conselho Municipal de Assistência Social de Promissão – COMASP.

v) Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEBAS ou processo de obtenção em andamento.

w) Relação com todos os nomes e funções dos funcionários que estão em atuação na OSC até a data de assinatura deste Termo, para o devido Cadastro das Entidades que prestam serviços socioassistenciais junto ao CadSUAS – Sistema de Cadastro Nacional do SUAS junto ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

x) Relação com todos os nomes de voluntários que prestam serviços para a OSC até a data de assinatura deste Termo, para o devido Cadastro das Entidades que prestam serviços socioassistenciais junto ao CadSUAS – Sistema de Cadastro Nacional do SUAS junto ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

y) Registro concluído ou em andamento da OSC no Cadastro Nacional de Entidades Socioassistenciais – CNEAS junto ao Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

z) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou comprovante de processo em andamento para sua obtenção.

XXXI. Caso a OSC tenha parceria celebrada com o Município em execução, a documentação apresentada pela OSC por ocasião para a celebração da parceria do repasse da subvenção social municipal, valerá para a celebração deste presente Termo de Colaboração, **DISPENSANDO A OSC de apresentar novamente toda a documentação exigida no inciso XXX desta cláusula.**

XXXII. No caso dos documentos necessários e obrigatórios previstos no o **art. 33** da Lei Federal nº 13.019/14, a **OSC** poderá ficar impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria e estará sujeita a ações de interrupção de repasses quando:

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

a) Não entregar a relação dos documentos de formalização necessários e obrigatórios previstos no o **art. 33 da Lei Federal nº 13.019/14 e alterações, Seção IX, "Dos Requisitos para Celebração de Parcerias"**, dentro dos prazos estipulados a critério do MUNICÍPIO, conforme solicitado e de acordo com o **inciso XXX** deste presente instrumento.

b) Não apresentar uma justificativa formal através de **ofício em papel timbrado da instituição** assinado pelo Presidente da OSC, sobre o andamento da obtenção ou a isenção de algum documento pendente de entrega.

Parágrafo único. Em casos que a OSC beneficiária esteja com algum documento em andamento para a obtenção e com a pendência de atualização de vigência, poderá ser aplicada ações de interrupção dos repasses mensais de subvenção social a qualquer momento, até que seja regularizado o envio e renovação dos prazos de vigência das seguintes documentações, a critério do MUNICIPIO ou do TCE/SP.

c) Não alimentar e preencher o sistema eletrônico indicado pelo MUNICÍPIO para a fiscalização do TCE/SP, com as documentações necessárias e obrigatórias por parte da OSC.

XXXIII. A OSC estará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria, caso não atenda às determinações previstas no **art. 39 da Lei Federal nº 13.019/14 e alterações**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CO-FINANCIAMENTO

O Cofinanciamento será realizado nos termos da legislação e normatização vigentes para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, nos termos da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015.**

Os pagamentos das parcelas para as organizações da sociedade civil, referente aos recursos Federais e Estaduais dependerão da liberação dos mesmos das respectivas esferas para o Município.

Havendo constatação de irregularidade na prestação de contas da parcela apresentada, ficarão suspensos os repasses das parcelas subsequentes, até que a irregularidade seja sanada ou o recurso restituído.

Havendo alguma alteração de valores nos repasses de qualquer das esferas (municipal, federal ou estadual), ou mediante necessidade de adequação das metas, durante a vigência do Termo, o Plano de Trabalho, bem como os valores a serem

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

repassados, poderão ser revistos para alteração, de acordo com o **art. 57 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei n° 13.204/2015**, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Termo de Colaboração será de **06 (seis) meses,** respeitando os termos da legislação da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015.** Podendo ser prorrogado mediante a celebração de Termo Aditivo, desde que o Termo Aditivo seja celebrado no mesmo ano em que o Termo de Colaboração estiver em vigor, havendo a necessidade de lei municipal aprovando a prorrogação da parceria através do Termo Aditivo, em observância com o dispositivo do **art. 55 da Lei Federal n.º 13.204/2015.**

Durante o período da vigência e execução dos recursos, caso a OSC não utilize o recurso em sua integralidade, ou por ação de omissão, irregularidade ou improbidade na prestação de contas mensal ou anual, ou ainda pela não execução ou descumprimento dos critérios legais e normativos envolvidos que estabelecem a parceria através do presente instrumento deste Termo de Colaboração, apuradas pelos agentes de conferência, análise, fiscalização e controle do Poder Executivo Municipal, os saldos totais integrais ou saldos restantes parciais deverão ser devolvidos e restituídos ao fundo do ERÁRIO MUNICIPAL.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

I. Prestação de Contas Mensal

a) Contado a data de assinatura do presente Termo de Colaboração e com o recebimento do recurso, a OSC deverá enviar mensalmente para o **Órgão Gestor da SEMADES, a prestação de contas mensal** de como fora utilizado e aplicado o recurso da subvenção social, **até o dia 10 de cada mês posterior** ao recebimento do repasse.

b) O atraso cumulativo no envio de quantidade equivalente ou superior a duas prestações mensais de contas, pode vir a gerar a interrupção dos repasses mensais de subvenção social até que seja regularizado o envio das devidas prestações em atraso.

c) Para os meses em que o recurso não for utilizado, a **OSC deverá reportar apenas um ofício em papel timbrado da instituição ao Órgão Gestor da SEMADES**, informando que não utilizou o recurso durante o exercício daquele mês em específico em sua **prestação de contas mensal.** E que o mesmo será

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

programado para ser executado e utilizado nos saldos dos exercícios seguintes dos meses posteriores.

d) Caso os órgãos responsáveis legalmente pela análise e fiscalização, constatem que as **Despesas das Prestações de Contas estiverem em desconformidade, ou apresentem irregularidades ou improbidades** com o que foi apresentado no Plano de Trabalho, com as normativas da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015**, e com as normas e instruções estabelecidas pelo **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP,** a OSC deverá imediatamente realizar a correção e ajustes necessários para com a irregularidade apresentada na **Prestação de Contas da parcela mensal** enviada. Caso a OSC não realize a correção da irregularidade, deverá realizar a devolução do recurso recebido e repassado ao erário e ao fundo responsável pelo recurso.

A OSC realizará a **prestação de contas mensal sempre relacionada às atividades realizadas no mês anterior**, através do envio de arquivos físicos para o Órgão Gestor da SEMADES, no padrão estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, com a possibilidade da exigência de envio de arquivos digitalizados, considerando a seguinte composição:

I. Informativo do repasse ao terceiro setor composto por receitas e despesas, contendo a data e valor do repasse mensal, o saldo do exercício anterior, receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos, outras receitas decorrentes da execução do ajuste, total de recursos públicos, total de recursos próprios da organização da sociedade civil parceira, despesas pagas no exercício através do repasse mensal da subvenção social, recursos públicos não pagos, informar se há ou não valores a serem restituídos ou devolvidos ao erário, bem como o valor autorização para a aplicação do exercício seguinte, conforme análise contábil e financeira verificada e apurada pela OSC em seu demonstrativo mensal de receitas e despesas.

II. Notas fiscais relacionadas à utilização do recurso, com a data de emissão superior à data do repasse mensal, conforme regras legais estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.

III. A OSC deverá alimentar os sistemas indicados pelo MUNICÍPIO, com todos os seus atos atinentes ao objeto da parceria celebrada, no que tange a prestação de contas e à execução dos recursos repassados, utilizados e aplicados, tendo em vista a devida transparência e aos princípios gerais que norteiam a administração pública. Bem como para atender ao controle, análise e verificação dos principais agentes responsáveis pelo monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos recursos.

II. Prestação de Contas Anual

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Com a celebração do Termo de Colaboração, as receitas e despesas, e seus documentos comprobatórios, e demais documentos relativos à execução financeira referente ao Termo de Colaboração, o Município poderá inserir quaisquer informações e/ou documentos nos sistemas eletrônicos oficiais municipais, estaduais ou federais. Como o sistema eletrônico estadual disponibilizado pelo Tribunal de contas do Estado de São Paulo – SisRTS, AUDESP Fase V.

Contado a data de assinatura do presente Termo de Colaboração e com o recebimento do recurso, **OSC prestará contas anualmente** para a Contadoria Municipal no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda do MUNICÍPIO, **até o último dia útil do mês de março, do ano seguinte ao ano de encerramento da parceria**. Facultado pela Contadoria Municipal, a **prorrogação ou antecipação deste prazo de envio da prestação de contas anual**.

Em conformidade com a legislação da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015** e de acordo com as normas e instruções estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP considerando a seguinte composição:

I. Prestação de Contas do auxílio demonstrando as receitas e despesas do termo através do Anexo RP-10.

II. Cópia e publicação do Balanço Patrimonial da OSC e Demonstração de Resultado do Exercício – DRE ou Demonstrativo da Receitas e Despesas referentes ao exercício encerrado e anterior.

III. Manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente, sobre a exatidão do montante comprovado, atestando que os recursos públicos foram movimentados em conta específica aberta em instituição financeira oficial.

IV. Certidão de regularidade do contador responsável.

V. Conciliação bancária conta corrente específica aberta em instituição financeira pública, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras.

VI. Não serão aceitas notas fiscais, recibos e documentos de compras ou serviços de comprovação de despesa com data de emissão anterior a data de publicação da lei que autorizou o repasse da verba e o recebimento do repasse da verba.

VII. As prestações de contas deverão ser entregues com base na resolução 01/2020, do tribunal de contas do Estado de São Paulo.

VIII. A OSC deverá apresentar demais demonstrativos contábeis e documentos que forem requisitados pela Contadoria Municipal no âmbito da Secretaria Municipal da

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Fazenda do MUNICÍPIO, com a possibilidade da apresentação dos seguintes documentos:

a) Ofício do Presidente da OSC encaminhando a Prestação de contas.

b) Certidão contendo os nomes e CPFs dos dirigentes e conselheiros da organização da sociedade civil, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do termo de colaboração/fomento.

c) Relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.

d) Demonstrativo integral das receitas e despesas, computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do termo de colaboração ou de fomento, conforme modelo disponibilizado pelo TCE/SP.

e) Relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSC para os fins estabelecidos no termo de colaboração ou de fomento, contendo tipo e número do ajuste, identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento.

f) Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis.

g) Na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial e imobiliário da circunscrição, conforme o caso.

h) Comprovante da devolução de eventuais recursos não aplicados.

i) Informação e comprovação da destinação de eventuais bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados com recursos recebidos à conta do termo de colaboração/fomento, quando do término da vigência do ajuste.

j) Demais demonstrações contábeis e financeiras da organização da sociedade civil, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício.

k) Outros demonstrativos contábeis e documentos que forem requisitados pela Contadoria Municipal no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda do MUNICÍPIO, que não estejam relacionados acima e por novas exigências do Município e TCE/SP sejam requisitados.

25

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

A OSC realizará prestação mensal de contas, sempre relacionada às atividades realizadas no mês anterior, através do envio de arquivos físicos para o Órgão Gestor da SEMADES, no padrão estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com a possibilidade da exigência de envio de arquivos digitalizados, considerando a seguinte composição:

I. Informativo do repasse ao terceiro setor composto por receitas e despesas, contendo a data e valor do repasse mensal, o saldo do exercício anterior, receitas com aplicações financeiras dos repasses públicos, outras receitas decorrentes da execução do ajuste, total de recursos públicos, total de recursos próprios da entidade parceira, despesas pagas no exercício através do repasse mensal da subvenção municipal, recursos públicos não pagos, informar se há ou não valores a serem restituídos ou devolvidos ao erário, bem como o valor autorização para a aplicação do exercício seguinte, conforme análise contábil e financeira verificada e apurada pela OSC em seu demonstrativo mensal de receitas e despesas.

II. Notas fiscais relacionadas à utilização do recurso, com a data de emissão superior à data do repasse mensal, conforme regras legais estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

O controle e fiscalização serão desenvolvidos de forma interna e externa nas seguintes instâncias:

I. Monitoramento da execução deste termo de colaboração, compete ao **Órgão Gestor no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES** a partir das seguintes ações:

a) O monitoramento técnico da execução dos serviços socioassistenciais celebrados neste Termo de Colaboração, será realizado pela Seção de Monitoramento Técnico da Rede Socioassistencial do Órgão Gestor da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SEMADES.

b) O apoio administrativo no recebimento, conferência e processamento de documentos relacionados à prestação de contas mensal e ao relatório circunstanciado mensal de atividades, ambos enviados mensalmente ao Órgão Gestor da SEMADES pela OSC, será desenvolvido pela Seção de Escrituração do Órgão Gestor da SEMADES.

II. Compete à **Contadoria Municipal no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda** do MUNICÍPIO a fiscalização da prestação de contas anual.

III. Mediante o controle social da Política Pública de Assistência Social, compete ao **Conselho Municipal de Assistência Social do MUNICÍPIO** a fiscalização do objeto

26

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

deste termo de colaboração, sem prejuízo da fiscalização a ser exercida pelos órgãos indicados nos incisos IV e V desta Clausula.

IV. Pelo **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.**

V. Pelo **Ministério Público do Estado de São Paulo**, quando requisitado ou provocado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO

O recurso da subvenção social será restituído, com correção monetária a partir da data de seu recebimento, por eventual ocorrência das seguintes situações:

I. Não execução e descumprimento do objeto deste termo de colaboração.

II. Omissão na prestação de contas mensal ou anual.

III. Irregularidade na utilização e aplicação do recurso financeiro da subvenção social pactuada neste termo de colaboração. Caso os órgãos responsáveis legalmente pela conferência, análise, fiscalização e controle, constatem que as Despesas das Prestações de Contas mensal ou anual estiverem em desconformidade, ou apresentem irregularidades ou improbidades com o que foi apresentado no Plano de Trabalho ou em discordância com a regra legal que estabelece a destinação e aplicação do recurso repassado, a OSC terá que realizar a devolução do recurso recebido ao erário e ao fundo responsável pelo recurso.

IV. Na ocorrência de quaisquer das situações elencadas nesta cláusula, nos termos dos § 1º e § 2º do artigo 70 da **Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015**, será notificado prazo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, prorrogável no máximo por igual período, para sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, sob pena de devolução do recurso oriundo da subvenção social, sem prejuízo da aplicação das medidas legais de responsabilização cabíveis aos responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

Fica instituída a faculdade de qualquer uma das partes de rescindir este termo de colaboração, a qualquer tempo, desde que a parte provocadora da rescisão publique em meio de comunicação impresso local tal intenção, com a antecedência mínima de 60 dias da formalização de sua saída da parceria, sem prejuízo do cumprimento de suas responsabilidades legais geradas pelo tempo em que desenvolveu o objeto deste termo de colaboração, inclusive da obrigatoriedade da apresentação de prestação de contas correspondente as parcelas de subvenção recebidas e ao tempo em que prestou o serviço socioassistencial pactuado.

27

PREFEITURA PROMISSÃO CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

I. Fica reservada ao MUNICÍPIO a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto deste termo de colaboração, em situações de paralisação do serviço socioassistencial pactuado neste termo de colaboração, caso a OSC renuncie a esta parceria ou caso ocorra situações de irregularidades que ensejam a paralisação do serviço socioassistencial prestado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO E DO CHAMAMENTO PÚBLICO

A eficácia deste presente Termo de Colaboração fica condicionada à publicação do respectivo instrumento, em observância ao cumprimento das seguintes ações:

I. Contado a partir da data de assinatura deste presente Termo de Colaboração, a fim de comprovar o atendimento das normas que norteiam e regem **os princípios gerais da administração pública no que tange a legalidade, impessoalidade e publicidade**, este presente instrumento que celebra a parceria para o repasse do recurso financeiro oriundo desta subvenção social estadual e o Chamamento Público em caso de **dispensa ou inexigibilidade** conforme disposto nos termos dos **artigos 30 e 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015**, deverão ser PUBLICADOS pelo ente federativo MUNICIPAL no **prazo máximo de 15 (quinze) dias em Diário Oficial – DO ou imprensa oficial.**

II. A falta de publicação impede a liberação do repasse dos recursos e impede ao cumprimento da legalidade, impessoalidade e publicidade deste presente Termo. Condicionando a nulidade do objeto celebrado.

III. Conforme disposto nos termos do **inciso II do artigo 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015,** considerado o fato que se trata de uma única Organização da Sociedade Civil – OSC existente neste Município e inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social de Promissão – COMASP, e que apresenta a capacidade técnica e operacional de executar o Serviço Socioassistencial singularmente em questão, será considerado inexigível o chamamento público.

IV. Conforme disposto nos termos do **artigo 29 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015,** os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares serão celebrados sem chamamento público.

V. A dispensa ou inexigibilidade do chamamento público, **não dispensa a organização da sociedade civil – OSC** em tela da formalização do processo, elaboração, existência, aprovação e execução do devido plano de trabalho, para a efetivação do devido repasse.

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

Parágrafo único. Constará como anexo deste termo de colaboração ou termo de fomento, o plano de trabalho da OSC, que dele será parte integrante e indissociável para formalização desta celebração e publicação do presente termo firmado.

VI. O MUNICÍPIO, dando o ato de publicidade da justificativa de dispensa ou inexigibilidade do chamamento público em seu Diário Oficial – DO ou impressa, será ofertado a qualquer outra organização da sociedade civil, munícipe ou interessado no objeto potencial da parceria a ser celebrada, a **possibilidade de impugnar o ato da justificativa de dispensa ou inexigibilidade do chamamento público**. Será concedido o **prazo de 5 (cinco) dias** a contar do ato de publicação desta justificativa, para que quem tenha interesse a impugne. Conforme disposto no **parágrafo segundo do artigo 32 Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015,** a impugnação deverá ser acolhida e analisada pelo administrador público responsável em **até 5 (cinco) dias** da data do respectivo protocolo.

VII. Caso os elementos trazidos nesta impugnação sejam plausíveis, será revogado o ato que declarou a dispensa ou que considerou inexigível o chamamento público. E será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público.

VIII. Para tanto, a justificativa e situação que permitem a dispensa ou inexigibilidade do chamamento público, precisam se enquadrar nos dispostos dos **artigos, 29, 30 ou 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei Federal n.º 13.204/2015.**

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

PREFEITURA PROMISSÃO
CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Para a prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria deste presente Termo de Colaboração, em observância ao disposto no inciso XVII do caput **do artigo 42 da Lei nº 13.019, de 2014**, e ao **artigo 88 do Decreto nº 8.726, de 2016 e alterações.**

Fica eleito o foro da Comarca de Promissão para dirimir quaisquer questões resultantes da execução deste Termo de Colaboração, decorrente às controvérsias que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes. E, por estarem de acordo com as Cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Colaboração em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Promissão/SP, 29 de agosto de 2025

HAMILTON LUÍS FOZ
Prefeito Municipal de Promissão/SP

JANETE ALVES MARTINS CAPARROZ
Presidente Lar Madre Paulina

Testemunha 01:	Testemunha 02:
Nome: Antonio Carlos Guerra Jr.	Nome: Luis Cristina Requeo Andreoli
RG: 42.803.527-7	RG: 42.803.149-3
Assinatura da testemunha 01:	Assinatura da testemunha 02:

Paço Municipal Vereador Edwaldo Luiz Foz
Av. Pedro de Toledo, 386 - CEP 16.370-051 – Promissão/SP - CNPJ 44.558.856/0001-52
(14) 3543-9000 email: prefeitura@promissão.sp.gov.br
prefeitura_promissao

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Licitações e Contratos

Homologação / Adjudicação

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PROMISSÃO
PROCESSO 11/2025
PREGÃO PRESENCIAL 10/2025
DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Com base nas informações contidas do **Processo nº 11/2025** referente ao **Pregão Presencial nº 10/2025** e, considerando que foram observados os prazos recursais, nos termos do artigo 17, inciso VII, combinado com o Art. 71 inciso IV da Lei 14.133/2021 **HOMOLOGO E ADJUDICO** o procedimento licitatório, em favor das empresas:

ITEM	DESCRIÇÃO	VENCEDOR	VALOR
1	ENCANADOR (REDE DE ÁGUA)	59.687.547 MANOEL ANTONIO BEZERRA CARRIJO	49.500,00
2	ENCANADOR (REDE DE ESGOTO)	FABIANO ROBERTO FERREIRA 30680103813	42.000,00
3	AUXILIAR (REDE DE ESGOTO)	GLAUBER VINICIOS SANTANA FERREIRA 51968790802	48.900,00
4	PEDREIRO E AUXILIAR	FRACASSADO	
5	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO - ETE	FRACASSADO	
6	AUXILIAR GERAL (SETOR DE SERVIÇOS)	61.026.788 PETERSON JORGE MAXIMIANO	43.500,00

Ciência aos interessados.
Registre-se.

Promissão, 29 de agosto de 2025.

Thiago Augusto de Sousa Ferreira
Diretor Geral-SAAE

.....